

Jornal da Comunidade



UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE

<https://www.uem.mz>

facebook.com/uemmoz

twitter.com/uemmoz

youtube.com/uemmoz

Edição: 402 | Segunda-feira, 22 de Junho de 2026 | Periodicidade: Semanal



“DIA ABERTO”

Um encontro entre sonhos e oportunidades

A Universidade Eduardo Mondlane (UEM) recebeu, na Sexta-feira (19/06), milhares de alunos do ensino secundário da cidade e província de Maputo no âmbito do Dia Aberto, uma iniciativa que transformou o Campus Principal num espaço

de descoberta, orientação vocacional e contacto directo com o universo académico, científico e profissional.

Mais do que apresentar cursos, o evento proporcionou aos visitantes uma experiência imersiva na vida universitária,

permitindo-lhes conhecer, de perto, as áreas de formação, os projectos de investigação, as iniciativas de inovação e as actividades de extensão que fazem da UEM uma referência nacional e regional na produção de conhecimento.

AINDA NESTA EDIÇÃO:

ACESSO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ÀS PLATAFORMAS DIGITAIS

Especialistas defendem restrições graduais

A criação de um modelo de acesso gradual e rigorosamente regulado às plataformas digitais para crianças e adolescentes dominou os debates do Seminário Jurídico Tripartido, que reuniu na Universidade Eduardo Mondlane (UEM) especialistas de Moçambique, Angola e China, para discutir os desafios da protecção dos direitos dos menores na era digital.

Produtos e Brindes da Marca UEM

Contacte:

(+258) 87 345 6444

(+258) 86 812 8858

cecoma@uem.ac.mz





Prof. Doutor Manuel Guilherme Júnior

Durante a jornada, os estudantes tiveram a oportunidade de explorar laboratórios, visitar exposições científicas, assistir a demonstrações práticas, interagir com docentes e estudantes universitários, realizar testes de orientação vocacional e psicológica e esclarecer dúvidas sobre as profissões e os percursos académicos que pretendem seguir.

A iniciativa reuniu alunos e professores de cerca de 36 escolas secundárias, aproximando, cada vez mais, a Universidade e os futuros candidatos ao ensino superior.

Na abertura do evento, o Reitor da UEM, Prof. Doutor Manuel Guilherme Júnior, destacou que o Dia Aberto, realizado desde 2013, se tornou num espaço privilegiado para ajudar os jovens a tomarem decisões mais conscientes sobre o seu futuro académico e profissional. “Ao longo destes anos, este evento tem permitido partilhar, com todos os interessados, os cursos oferecidos pela Universidade e as actividades de investigação, extensão e inovação que temos vindo a desenvolver”, afirmou.

Segundo o Reitor, o impacto da iniciativa é visível nos números de admissão da Universidade. Nos últimos três anos, mais de metade dos estudantes que ingressaram na UEM são provenientes de escolas e institutos que participaram ou visitaram o Dia Aberto. “Por isso, a nossa esperança é que, pelo menos, 2.500 dos novos ingressos de 2027 sejam provenientes do grupo de estudantes que está aqui presente ou que faz parte das escolas participantes”, sublinhou.

Dirigindo-se aos visitantes, Manuel Guilherme Júnior apelou à dedicação aos estudos e à adopção de estilos de vida saudáveis, recordando que o sucesso académico exige disciplina, responsabilidade e perseverança.

Para o Vereador da Educação, Cultura e Desporto do Município de Maputo, Prof. Doutor Osvaldo Faquir, o Dia Aberto representa uma oportunidade para os estudantes ampliarem horizontes, descobrirem talentos e projectarem o futuro. “Este evento proporciona um ambiente de descoberta, aprendizagem e partilha de experiências,

permitindo aos visitantes conhecer de perto os diversos cursos, projectos de investigação, inovações e experiências académicas que fazem da UEM uma referência na formação de profissionais e líderes para o desenvolvimento da nação”, afirmou.

O Presidente da Associação dos Estudantes da UEM (AEU-UEM), Daniel Chambo, destacou que os visitantes tiveram, igualmente, a oportunidade de conhecer espaços fundamentais para a formação universitária, como laboratórios, bibliotecas e centros de investigação. “Escolher uma carreira é uma das decisões mais importantes da vida. Por isso, aproveitem este momento para aprender, questionar, observar e sonhar. O futuro começa com as escolhas que fazemos hoje”, afirmou.

A representante das escolas secundárias, Helena Sevene, considerou que a iniciativa correspondeu às expectativas dos estudantes, ao proporcionar contacto directo com a dinâmica académica, científica e cultural da instituição. “Este evento constitui uma experiência enriquecedora, que permite conhecer, de perto, a dinâmica académica, científica e cultural que caracteriza a UEM, sendo, por isso, uma oportunidade única

para os alunos”, afirmou.

Entre os visitantes, muitos saíram do Campus Principal com objectivos mais claros sobre o futuro. Cátia Sambo, aluna da Escola Secundária Joaquim Chissano, afirmou que a experiência reforçou a sua convicção de seguir Medicina, na UEM, já no próximo ano.

Por sua vez, Luís Perdigão, estudante da Escola Secundária Joaquim Chissano, em Boane, destacou o contacto com diferentes áreas do conhecimento, referindo que a visita fortaleceu o seu interesse pelo curso de Economia.

Além das exposições de cursos e iniciativas científicas, o Dia Aberto incluiu actividades culturais e desportivas, proporcionando aos visitantes uma visão abrangente da vida universitária.

A iniciativa decorreu, igualmente, nas Escolas Superiores de Negócios e Empreendedorismo de Chibuto, de Hotelaria e Turismo de Inhambane, de Desenvolvimento Rural de Vilankulo e de Ciências Marinhas e Costeiras de Quelimane, levando a experiência UEM a diferentes regiões do país.



AGRAVAMENTO DO DÉFICE ORÇAMENTAL

Alumni apontam inovação, internacionalização e autonomia financeira como solução

As instituições públicas de ensino superior devem acelerar a adopção de soluções inovadoras de financiamento, reforçar a mobilização de recursos próprios e aprofundar a cooperação com parceiros nacionais e internacionais para reduzir a dependência do orçamento do Estado e garantir a sustentabilidade das suas actividades.

A posição foi defendida por antigos estudantes e académicos durante a palestra alusiva ao Dia do Alumni, promovida, nesta Quarta-feira, pela Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), sob o tema “Financiamento das Instituições Públicas de Ensino Superior em épocas de crise”.

O encontro constituiu uma oportunidade para reflectir sobre os desafios financeiros que afectam as universidades públicas moçambicanas e discutir alternativas para assegurar a qualidade do ensino, da investigação e da extensão universitária num contexto de crescentes restrições orçamentais.

“Financiamento por estudante caiu de dois mil para 800 dólares”

O antigo Vice-Reitor da UEM e *alumni* da instituição, Prof. Doutor Ângelo Macuáua, traçou um retrato preocupante da evolução do financiamento público da Universidade ao longo da última década.

Segundo explicou, em 2014, o Estado investia cerca de dois mil dólares por estudante da UEM, valor que, em 2024, caiu para aproximadamente 800 dólares. “Este corte evidencia o enfraquecimento da capacidade de implementação de políticas públicas de financiamento do ensino superior e a crescente vulnerabilidade da Universidade perante a crise económica”, afirmou.

Para o académico, os números revelam não apenas uma redução do financiamento, mas também uma profunda alteração na estrutura das despesas suportadas pelo Orçamento do Estado.



Prof. Doutor Ângelo Macuáua

Macuáua destacou que, enquanto em 2014, cerca de 17 por cento dos recursos provenientes do Estado eram destinados ao investimento, em 2024 essa componente desapareceu completamente.

Segundo o académico, a situação é ainda mais preocupante no que diz respeito à estrutura das despesas financiadas pelo Orçamento do Estado. Em 2014, 58 por cento dos recursos destinavam-se a salários, 25 por cento a despesas correntes e 17 por cento ao investimento. “Dez anos depois, 80 por cento do orçamento do Estado destinava-se aos salários, 12 por cento às despesas correntes e zero por cento ao investimento”, referiu.

“Há dez anos, 58 por cento do orçamento financiava salários, 25 por cento destinava-se às despesas correntes e 17 por cento ao investimento. Em 2024, cerca de 80 por cento dos recursos eram consumidos pelos salários, 12 por cento pelas despesas correntes e zero por cento pelo investimento”, referiu. “Dez anos depois, 80 por cento

do Orçamento do Estado destinava-se aos salários, 12 por cento às despesas correntes e zero por cento ao investimento”, acrescentou.

Na sua perspectiva, esta realidade limita severamente a capacidade de modernização da Universidade, afectando laboratórios, bibliotecas, equipamentos e infra-estruturas essenciais para a produção científica e a formação de qualidade.

O académico alerta para o risco de a Universidade passar a funcionar apenas para garantir a sua sobrevivência académica, com impacto directo na qualidade do ensino, na investigação e no acesso dos estudantes mais vulneráveis às oportunidades de formação.

Apesar das dificuldades, o antigo Vice-Reitor reconheceu que a UEM tem procurado responder à crise, através de diferentes mecanismos de geração de receitas, incluindo a oferta de cursos pagos, a prestação de serviços de consultoria, a investigação financiada por parceiros e a criação de estruturas vocacionadas para a mobilização de recursos. “Os resultados têm sido positivos, mas ainda insuficientes para alterar significativamente a estrutura de financiamento da Universidade. A dependência do Orçamento do Estado continua elevada e a redução das parcerias externas demonstra a necessidade de uma aposta mais forte na internacionalização”, defendeu.

Macuáua acrescentou que a UEM deve continuar a debater formas de reforçar a sua autonomia financeira e administrativa, criando condições para uma gestão mais flexível e eficiente dos recursos que consegue mobilizar.

Energia solar ajuda a reduzir custos

Por sua vez, o *alumni* Doutor Luciano da Conceição Cordeiro destacou algumas medidas que a Universidade está a implementar para reduzir despesas operacionais e aumentar a eficiência institucional.

Entre elas, apontou a aposta na energia solar para alimentar laboratórios e outras



infra-estruturas universitárias, reduzindo os custos associados ao consumo de energia eléctrica. Cordeiro explicou que a adopção de fontes alternativas de energia representa uma das respostas concretas aos desafios financeiros que enfrentamos, permitindo libertar recursos para outras áreas prioritárias.

O académico defendeu, igualmente, investimentos na protecção dos sistemas de informação da Universidade, considerando que a transformação digital exige novas formas de salvaguarda do património institucional. “A questão da segurança de dados é igualmente relevante, pois permite a protecção de todas as informações institucionais, sejam elas dos estudantes, dos docentes ou das bibliotecas virtuais que poderão ser criadas”, referiu.

Experiência dos *alumni* vista como património da Faculdade

Na abertura da palestra, o Prof. Doutor Manoela Silvestre, em representação da Directora da Faculdade de Economia, sublinhou a importância do envolvimento dos antigos estudantes na vida académica da instituição.

Segundo afirmou, a celebração do Dia do *Alumni* constitui uma oportunidade para aproximar gerações e criar espaços de partilha de experiências profissionais e académicas. “O vosso conhecimento prático é insubstituível. A vossa rede de relações constitui um activo que pertence também a esta Faculdade e às gerações que ainda estão



Doutor Luciano Cordeiro

por vir”, reconheceu.

Para o docente, o fortalecimento da ligação entre a Universidade e os seus alumni pode desempenhar um papel cada vez mais relevante na promoção de parcerias, na mobilização de recursos e na construção de soluções para os desafios do ensino superior.

A palestra permitiu concluir que a sustentabilidade financeira das instituições públicas de ensino superior dependerá, cada vez mais, da capacidade de diversificar fontes



Prof. Doutor Manoela Silvestre

de financiamento, reforçar a cooperação internacional, investir na inovação e modernizar os seus modelos de gestão.

Num contexto marcado pela redução dos recursos públicos, os participantes defenderam que a sobrevivência e o crescimento das universidades exigem uma combinação de visão estratégica, autonomia institucional e capacidade de mobilização de novas oportunidades de financiamento.



ACESSO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ÀS PLATAFORMAS DIGITAIS

Especialistas defendem restrições graduais

A criação de um modelo de acesso gradual e rigorosamente regulado às plataformas digitais para crianças e adolescentes dominou os debates do Seminário Jurídico Tripartido, que reuniu na Universidade Eduardo Mondlane (UEM) especialistas de Moçambique, Angola e China, para discutir os desafios da protecção dos direitos dos menores na era digital.

Os participantes defenderam a necessidade de os Estados adoptarem mecanismos legais mais robustos para reduzir a exposição precoce de crianças aos riscos do ambiente digital, numa altura em que o acesso às redes sociais e outras plataformas online cresce de forma acelerada entre os mais jovens.

As propostas foram apresentadas durante o painel subordinado ao tema “O Estado de Direito Digital e as Garantias de Acesso à Justiça”, integrado no Seminário Jurídico Tripartido entre as Faculdades de Direito da Universidade Eduardo Mondlane

(Moçambique), da Universidade de Macau (China) e da Universidade Agostinho Neto (Angola), realizado sob o lema “Protecção dos Direitos da Criança e dos Adolescentes: a Convergência entre a Transformação Digital e a Realidade Social”.

Acesso digital por faixas etárias

Entre as recomendações apresentadas, destaca-se a adopção de um modelo de acesso escalonado às plataformas digitais, ajustado

ao grau de maturidade dos menores.

A proposta prevê a proibição total do acesso às plataformas digitais para crianças dos 0 aos 9 anos, a utilização exclusiva de versões educativas e escolares entre os 10 e os 13 anos, o acesso progressivo a plataformas com algoritmos adaptados entre os 13 e os 16 anos e, por fim, uma transição gradual para o uso limitado e supervisionado entre os 16 e os 18 anos.

Segundo os especialistas, a medida visa equilibrar os benefícios da transformação digital com a necessidade de proteger

crianças e adolescentes contra riscos como exposição a conteúdos inadequados, manipulação algorítmica, violência digital, exploração *online* e dependência tecnológica.

O pesquisador e docente da UEM, Mestre Gil Cambule, sublinhou que a regulação, por si só, não resolverá os desafios da protecção dos menores no espaço digital, mas pode constituir uma importante ferramenta de protecção quando combinada com programas de literacia digital, educação tecnológica e sensibilização das famílias.

O académico destacou que, Moçambique, já começou a criar bases jurídicas para responder aos desafios da transformação digital. Gil Cambule recordou que o país aprovou, em 2025, o Regulamento de Licenciamento de Plataformas Digitais e Operadores de Serviços Electrónicos, instrumento que obriga as plataformas que operam em território nacional a constituírem representação legal em Moçambique.

Segundo explicou, esta medida fortalece a capacidade das autoridades nacionais para exigir responsabilidades e garantir maior protecção dos utilizadores.

O investigador acrescentou que as principais plataformas digitais dispõem, actualmente, de mecanismos tecnológicos de verificação da idade dos utilizadores, criando condições técnicas para a implementação de políticas de acesso diferenciadas.



Mestre Gil Cambule

Universidade de Macau defende restrições severas ao acesso de menores aos casinos

Também no âmbito da protecção dos menores em ambientes digitais, o Professor Doutor Manuel Xiaodiing, da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, abordou os riscos associados ao acesso precoce aos jogos de fortuna ou azar.

O académico defendeu a proibição total do acesso físico e virtual aos casinos por menores de 18 anos, considerando que, apenas os adultos, possuem capacidade jurídica plena



Professor Doutor Manuel Xiaodiing

para assumir os riscos inerentes a este tipo de actividade.

Xiaodiing sustentou que os mecanismos de protecção dos menores devem acompanhar a evolução tecnológica e estender-se, igualmente, aos espaços digitais de apostas e jogos online.

Experiências internacionais apontam para regras mais rígidas

Durante o debate, foram apresentados exemplos de países que adoptaram medidas restritivas para proteger menores no ambiente digital.

Nos Estados Unidos da América, menores de 14 anos estão legalmente impedidos de abrir contas em determinadas redes sociais. Já na Austrália, as restrições ao acesso às plataformas digitais abrangem menores de 18 anos.

Os participantes consideraram, contudo, que a realidade moçambicana apresenta desafios específicos, uma vez que os dispositivos electrónicos são frequentemente partilhados por vários membros do agregado familiar, dificultando a fiscalização e a implementação de mecanismos de controlo.

Na abertura do evento, o Director Científico da UEM, Prof. Doutor Emílio Tostão, lembrou aos presentes que a Universidade se encontra no processo de implementação do seu Plano Estratégico 2018–2028, que visa a sua transformação numa Universidade de Investigação. Tal significa que a investigação científica deve constituir a base dos processos de ensino e aprendizagem, inovação e extensão



Prof. Doutor Emílio Tostão

universitária.

Justificou que a realização de eventos desta natureza, na UEM, sobretudo pela sua dimensão internacional, contribui para a concretização da visão institucional, ligando a teoria à prática e às dinâmicas sociais contemporâneas.

O Director Científico referiu ainda que o seminário jurídico sobre a protecção dos direitos da criança e dos adolescentes está alinhado com a nova Política de Ciência, Tecnologia e Inovação de Moçambique, aprovada pela Resolução n.º 19/2024, que enfatiza a transição digital justa, o uso ético das tecnologias e o fortalecimento da segurança cibernética.



Prof. Doutor José Van-Dúnem

Por sua vez, o Director da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, Prof. Doutor José Van-Dúnem, afirmou que o seminário permite identificar soluções transversais para desafios comuns, considerando que os países de expressão portuguesa partilham realidades sociais semelhantes.

Entretanto, o Director da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, Prof. Doutor Paulo Canelas, destacou a cooperação académica entre as três instituições. “Nós já temos um capital e um património de conhecimento estabelecidos com a UEM e renovamos a nossa amizade através desta partilha de conhecimento”, afirmou.

O Seminário Jurídico Tripartido reuniu magistrados judiciais e do Ministério Público, académicos e especialistas em direitos da criança. A próxima edição, prevista para 2027, terá lugar na Universidade Agostinho Neto, em Luanda.



Prof. Doutor Paulo Canelas

Workshop debate Guião de Supervisão dos cursos da Pós-Graduação na UEM

Representantes dos cursos de pós-graduação da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) estiveram reunidos na Quarta-feira, no Campus Principal, num *workshop* sobre a proposta do Guião de Supervisão da Pós-Graduação, com a finalidade de harmonizar as práticas de supervisão dos cursos ministrados na instituição, bem como estabelecer balizas para a relação entre supervisores e supervisionados.



O objectivo é garantir um melhor alinhamento dos processos, fortalecendo a investigação científica e a produção de dissertações e teses na Universidade Eduardo Mondlane.

A realização deste *workshop*, promovido pelo Gabinete para a Qualidade Académica e Estudos Institucionais (GaPQUEI), enquadra-se nos esforços da UEM visando a criação de condições institucionais para que os estudantes desenvolvam investigações criteriosas e sustentadas em metodologias sólidas, em consonância com a visão e missão da instituição de se afirmar como Universidade de Investigação (UdI).

Segundo o coordenador do *workshop*, Prof. Doutor Orlando Nipassa, este propósito passa pela capacitação dos intervenientes no processo de supervisão, de modo a alcançar

resultados mais robustos na investigação científica, que possam servir de base para a publicação de artigos científicos decorrentes das pesquisas realizadas nos níveis de mestrado e doutoramento na UEM.

Durante o debate inicial, foram levantadas várias questões éticas, nomeadamente os limites da actuação do supervisor no processo de supervisão, os mecanismos de resolução de conflitos e, sobretudo, os desafios de orientar estudantes trabalhadores. “Na verdade, a maior parte dos estudantes da pós-graduação são trabalhadores e, por isso, não se dedicam aos estudos a tempo inteiro. Como supervisionar nestas condições? Qual é a carga de trabalho que um supervisor pode recomendar a este tipo de estudantes? Estas são algumas das questões que temos de debater”, explicou.

Por exemplo, a proposta do Guião de Supervisão da Pós-Graduação, actualmente em debate, prevê que o processo de supervisão tenha início nos primeiros seis meses do curso. Contudo, alguns participantes contestam esta proposta, alegando que, nessa fase, os estudantes ainda não possuem todos os créditos académicos requeridos.

Por sua vez, o Prof. Doutor Arão Manhique, da Faculdade de Ciências, defende uma abordagem mais cautelosa, atendendo às especificidades de cada curso. No entanto, ressalva que, nos cursos vocacionados para a investigação, os estudantes devem ser envolvidos em actividades de investigação desde as fases iniciais da sua formação.

Na sequência dos trabalhos, os representantes dos cursos foram organizados em equipas compostas por cinco elementos cada, para um exercício mais aprofundado de análise da proposta do Guião de Supervisão da Pós-Graduação. O objectivo é acomodar as diferentes preocupações apresentadas e produzir, no final, um documento mais prático, funcional e ajustado à realidade dos cursos de pós-graduação da Universidade Eduardo Mondlane.



Prof. Doutor Orlando Nipassa

A TÍTULO PÓSTUMO

Faculdade de Direito homenageia antigos docentes

A Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) homenageou, recentemente, mais de vinte antigos docentes, numa cerimónia de reconhecimento do legado de académicos cujas vidas e obras permanecem profundamente marcadas na história da instituição e no desenvolvimento do pensamento jurídico em Moçambique e além-fronteiras.

Entre os homenageados figuram nomes incontornáveis da academia moçambicana, como Luís Filipe de Castelo Branco Sacramento, Justino André Nrepe e João Nguenha. A cerimónia destacou, igualmente, o contributo do Prof. Doutor Teodósio Uate, antigo Director da Faculdade de Direito e Director do Gabinete de Relações Internacionais da UEM, bem como do saudoso

Professor Doutor Gilles Cistac, que exerceu as funções de Director-adjunto para a Investigação e foi o primeiro Coordenador da Revista Jurídica da Faculdade.

Na ocasião, o Vice-Reitor para a Administração e Recursos da UEM, Prof. Doutor Mohsin Sidat, enalteceu o papel desempenhado pelos homenageados na consolidação da Universidade e na formação de sucessivas

gerações de juristas. Segundo afirmou, cada um deles constituiu um pilar fundamental na construção do saber jurídico, deixando um legado de excelência académica, integridade profissional e compromisso com a formação humana.

Em representação dos homenageados, o Prof. Doutor Teodoro Waty destacou as qualidades humanas e profissionais que marcaram

a trajectória de docentes como Gilles Cistac e Armando César Dimande. “A humildade, o humanismo e a dedicação à instituição eram características que os distinguiam. Permaneciam por muito tempo na instituição, desenhando projectos que contribuíram para o crescimento da Universidade e do país”, afirmou.

Por sua vez, o Director da Faculdade de Direito, Prof. Doutor Eduardo Chiziane, sublinhou que os homenageados desempenharam um papel determinante no fortalecimento da unidade orgânica, particularmente num período de profundas transformações e desafios para o ensino do Direito em Moçambique. “Foi fundamental contar com quadros desta dimensão, numa fase em que o ensino e a investigação jurídica ganhavam novo impulso com a reabertura e consolidação da



Faculdade. O seu contributo foi decisivo para o desenvolvimento institucional e académico que, hoje, testemunhamos”, referiu.

O Director acrescentou que a evocação dos nomes dos homenageados constitui um acto de reconhecimento e gratidão para com

profissionais que se distinguiram não apenas pela competência e dedicação ao ensino, mas também pela sua capacidade de inspirar, orientar e formar inúmeras gerações de estudantes e profissionais.

Prof. Doutor Horácio Zimba eleito Presidente do Comité de Gestão do RECIMO

O Prof. Doutor Horácio Zimba, Director dos Serviços de Documentação da UEM, foi, recentemente, eleito Presidente do Comité de Gestão do Repositório Científico de Moçambique (RECIMO), uma plataforma dedicada à gestão, armazenamento, preservação, disseminação e acesso à produção científica nacional.

O RECIMO reúne objectos digitais resultantes das actividades de ensino, investigação, extensão e inovação desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior e de Investigação Científica do país, constituindo-se como um importante instrumento para a valorização e difusão do conhecimento científico produzido em Moçambique.

Durante a cerimónia de investidura, a Ministra da Educação e Cultura, Prof.^a Doutora Samaria Tovela, destacou que a criação do RECIMO e a aprovação do respectivo Regulamento pelo Governo representam um compromisso inequívoco do Estado moçambicano com a democratização do acesso ao conhecimento e com a promoção da investigação científica como um factor estratégico para o desenvolvimento nacional.

Segundo a governante, o RECIMO afirma-se como uma plataforma fundamental para aumentar a visibilidade da produção científica



nacional, promover o acesso aberto ao conhecimento, fortalecer a cooperação entre instituições e reforçar a presença de Moçambique na comunidade científica internacional.

Na ocasião, a Ministra exortou os membros do Comité de Gestão a assegurarem a orientação estratégica e normativa do repositório, garantindo a sua operacionalização eficiente e o funcionamento adequado dos mecanismos de gestão, preservação e disponibilização da produção científica nacional.

O Prof. Doutor Horácio Zimba agradeceu a confiança nele depositada e manifestou o seu compromisso de trabalhar em estreita

colaboração com os membros do Comité e as instituições parceiras para consolidar o RECIMO como uma referência nacional na gestão e disseminação da produção científica.

“Assumo esta responsabilidade com elevado sentido de missão. O nosso desafio é fortalecer o acesso aberto ao conhecimento científico produzido em Moçambique, promover uma maior integração entre as instituições de ensino superior e investigação e garantir que os resultados da investigação nacional estejam cada vez mais acessíveis à sociedade e à comunidade científica internacional”, afirmou.

FICHA TÉCNICA

Director: Adão Matimbe

Editor: Cezinando Gabriel

Redação: Carlos Macuacua e Deuladeu Domingos

Revisão Linguística: Prof. Doutor Eliseu Mabasso

Layout: Nelton Gemo

Fotografia: Boaventura Mandlate

Contacto:

Centro de Comunicação e Marketing da UEM (CECOMA)

Campus Universitário Principal

Av. Julius Nyerere, nr. 3453, Maputo

+258 (21) 430239 | cecoma@uem.ac.mz

www.jornal.uem.mz



Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos no trabalho (HIRA)

Curso Online de curta duração

Duração do Curso: 03 à 07 de Agosto de 2026
Horário: 17h - 20h | Inscrições válidas até:
31 de Julho de 2026

- **Introdução a Gestão de riscos em Saúde e Segurança no trabalho;**
- **Enquadramento Normativo e Sistemas de gestão;**
- **Tipos e classificação de Perigos;**
- **Técnicas de identificação de Perigo;**
- **Metodologias e Avaliação de Perigos;**
- **Hierarquia de controle de riscos, registos e monitoria e revisão dos riscos.**

Para mais informações
Telefone: 867676981
Email – ceisa@uem.mz

Investimento:
4750 Mts
Inclui o certificado

Dados bancários:
Domicílio: Banco Millennium BIM
Conta: 1170015
NIB: 000100000000117001557
Titular: UEM-CEISA